

A inclusão da Periferia no Processo de acumulação mundial de capital.

Rubens R. Sawaya

Professor do Departamento de Economia da FEA-PUCSP

Março/2004

Resumo

Com este artigo procura-se demonstrar como, através de sua estratégia de desenvolvimento industrial, a América Latina acaba por se subordinar ao processo de acumulação mundial de capital. O argumento está em que ao adotar uma estratégia de industrialização na qual os setores mais dinâmicos são controlados por grandes grupos multinacionais, ao contrário de conquistar sua independência e autonomia como preconizado pela lógica Cepalina, acaba por tornar-se mais subordinada e dependente da acumulação mundial de capital, fato que hoje se reflete na crescente vulnerabilidade dos países que lograram sucesso em sua industrialização. Enquanto o movimento do capital mundializado no mundo era de expansão, alguns países latino-americanos tiveram sucesso nessa estratégia de industrialização; quando o movimento do capital passa a ser de centralização mundial, esses países correm o risco de exclusão.

1. Introdução

A ligação do crescimento econômico ao desenvolvimento de uma nação é uma discussão antiga. A idéia de crescimento econômico no capitalismo está diretamente vinculada a uma economia que tenha sua dinâmica de acumulação assentada em uma estrutura industrial moderna que garanta a produção de excedente tanto para o consumo como para a realização do novo investimento. Assim, só através da industrialização é possível promover o processo de acumulação de capital.

Para alguns, o desenvolvimento, termo que de certa forma envolve a participação dos diversos grupos sociais que compõem determinada nação na riqueza criada, viria como um reflexo da criação desse aparato industrial, do crescimento econômico, da estruturação do capitalismo, à imagem do centro, na periferia. A lógica de desenvolvimento da Cepal – Comissão para o Desenvolvimento da América Latina está incluída nesse escopo. Assim, defende a criação de condições para a criação de uma estrutura industrial na periferia como forma de torná-la moderna e desenvolvida. Através da ação positiva do Estado, no sentido da elaboração de políticas que incentivassem a criação da indústria na periferia, pretendia criar as bases para a internalização do fluxo dinâmico Keynesiano que permitisse um desenvolvimento autônomo e independente na periferia.

Para a Cepal, o processo de inserção da indústria capitalista na periferia deveria contar com o apoio do capital multinacional como investidor, dado que este já possuía capacidade financeira e tecnológica que poderiam acelerar o processo de modernização dos países latino-americanos, à medida em que poderiam trazer para a periferia uma indústria moderna e competitiva que diminuísse a pressão importadora. Assim, além da participação do Estado

nacional como organizador e produtor, aparece como um forte parceiro no esforço industrializante, o capital multinacional.

Vale destacar que esse movimento de atração do capital multinacional para a periferia ocorre, na história, em perfeita sintonia com o processo de expansão do capital no mundo a partir dos países centrais, no momento em que entra em cena o processo de internacionalização produtiva do capital como resultado dos movimentos de acumulação, concentração e centralização de capital. Os capitais individuais dos países centrais, após a reconstrução européia, partem em busca de novos espaços para dar continuidade ao seu processo de acumulação ampliada. A periferia latino-americana arma sua estratégia de desenvolvimento, amplamente aparado pelo ativo papel do Estado nacional, mas fortemente ligada à construção de um cenário para receber incentivar o capital multinacional a fazer parte de sua política industrializante.

A ação do Estado e a atração do capital multinacional eram, portanto, as formas previstas para livrar a periferia latino-americana da lógica perversa do subdesenvolvimento presente no *modus operandi* da camisa de força primário-exportadora a que essas economias estavam presas, para livrar a periferia das amarras do fluxo perverso que a deixa atada à necessidade de exportar produtos primários para poder importar produtos industrializados, sob o jugo do processo de acumulação internacional de capital. O objetivo era inseri-la no capitalismo mundial de outra forma, trazendo o fluxo dinâmico do capital para dentro de sua estrutura produtiva de modo a tornar as economias da América Latina mais autônomas e independentes das economias centrais. O mecanismo defendido para a industrialização da periferia era a estruturação de políticas, através do Estado, para substituição de importações cujo significado mais simples é o de criar indústrias na periferia para produzir internamente o que antes era importado dos países centrais.

A questão que aqui se levanta, não está relacionada nem a fórmula de introdução do fluxo do capital na periferia centrado na industrialização, nem à idéia de substituição de importações como mecanismo de introdução de um parque industrial na periferia. A industrialização, apesar de controverso, é aqui considerada uma estratégia de inserção da periferia no movimento do capital e a substituição de importações como um mecanismo para isso, estratégia que não é privilégio das economias latino-americanas e nem exatamente uma invenção da Cepal, dado que já ocorria antes dela (a Cepal foi criada no final dos anos 40) de forma espontânea e desconexa. O que se busca aqui ressaltar é a forma como se dá essa industrialização na América Latina a partir de sua conexão ao capital multinacional em expansão no mundo após a IIª guerra mundial. Como se verá, a crítica que aqui se faz está pouco relacionada à estratégia substitutiva, e muito mais relacionada ao acoplamento ao capital multinacional como sua base. Ao promover o desenvolvimento na América Latina em aliança com o capital multinacional, construiu as bases para sua submissão ao capitalismo mundializado.

O processo de industrialização da periferia latino-americana seguiu muito próximo ao processo de acumulação mundial de capital. De certa forma, o período primário-exportador tem uma forte correlação com a internacionalização comercial do capital, fase em que o centro buscava novos mercados para dar continuidade ao

processo de acumulação ampliada e encontrava na periferia primário-exportadora um mercado que possibilitava a realização da produção do centro. A partir dos anos 50/60, período que marca o início do processo de internacionalização produtiva do capital, o capital passa já não mais a buscar mercados para dar continuidade ao seu processo de acumulação, mas busca novos lugares para sua expansão, garantindo a continuidade da acumulação mundial em escala ampliada. É em alguns países da periferia que esse capital encontrará o espaço e o apoio para seu investimento a partir das políticas de substituição de importações. É nesse movimento do capital no mundo que a periferia – principalmente alguns países latino-americanos – logra sucesso em suas políticas de substituição de importações e, parte dela, atrai o capital multinacional que estava em expansão no mundo, transformando de forma radical sua estrutura industrial.

Através desse processo, o capital multinacional, ao ocupar na periferia os setores mais dinâmicos e de elevada tecnologia, se tornará o centro da dinâmica de acumulação capitalista na periferia, imporá sua dinâmica de acumulação à periferia. Essa relação, ao contrário de diminuir sua dependência e torna-la mais autônoma, acaba por introduzir a dinâmica da acumulação mundial nos países que a compõem. Torna a periferia mais dependente e subsumida à dinâmica da acumulação mundial de capital, dependência essa que amarra a periferia à lógica do investimento e à estratégia do capital multinacional no mundo; dependência essa que se materializa como dependência tecnológica, comercial e financeira, a qual a periferia latino-americana torna-se presa; dependência essa que aparece como enormes dívidas externas que colocarão a periferia sob o jugo administrativo de órgãos multilaterais, representantes do capital multinacional.

Neste sentido, a questão central está ligada ao fato de a política de substituição de importações, na forma como implantada, tornar a economia periférica latino-americana muito mais submissa e vulnerável ao movimento do capital mundial pelo diminuição de seu poder de controle sobre o movimento desse capital.. O que caracterizou o movimento desse capital no mundo nos anos 90 foi o processo de centralização mundial de capital, que por sua própria natureza não é parte do mecanismo de expansão do capital, mas de sua retração, por isso tende a ser excludente. Diante desse quadro, a periferia, que já se encontrava vulnerável, ao implantar as políticas liberalizantes com o objetivo de dar continuidade à ‘parceria’ histórica com o capital multinacional, passam a correr o risco de exclusão ou de “desconexão forçada” como apontado em Chesnais (1996) e Michalet (2002), uma vez que quem passa a definir onde, quando, como alocar o capital é o grande conglomerado multinacional, o representante concreto do capital, segundo suas estratégias definidas na matriz, no centro e não na periferia.

2. A lógica do desenvolvimento por substituição de importações

Que o desenvolvimento do capitalismo e a inserção da lógica do processo de acumulação em qualquer economia periférica passa pela industrialização, não há discussão. O funcionamento da economia industrializada se confunde com a própria acumulação de capital em seu processo dinâmico. Assim, promover o crescimento econômico ou o desenvolvimento do capitalismo em uma economia periférica passa pela criação de uma estrutura industrial que a insira na lógica da dinâmica capitalista. A criação de um fluxo dinâmico capitalista de acumulação

relativamente autônomo aparecia como centro dessa estratégia de desenvolvimento periférico. O problema que resulta desse pressuposto é a tradicional confusão entre desenvolvimento das forças produtivas que resulta em industrialização e desenvolvimento do capitalismo, e o desenvolvimento social em termos de inclusão social

A não separação do desenvolvimento das forças produtivas, crescimento econômico, da questão do desenvolvimento no sentido de inclusão (ou elevação do nível de vida das pessoas em geral) acaba sempre por conduzir à conclusão de que basta o crescimento econômico, ou, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, para que se desencadeie um processo de certa forma ‘automático’ de enriquecimento geral, à medida em que, com o crescimento econômico, os mecanismos multiplicadores do fluxo econômico, gerariam a inclusão dos grupos sociais num fluxo ascendente contínuo. Bastaria então promover um crescimento econômico capitaneado pela inserção dos mecanismos que compõem esse fluxo capitalista nas economias subdesenvolvidas que, pelo menos os elementos básicos para a inclusão social estariam garantidos. Bastaria portanto, introduzir uma produção industrial, com todas as etapas da cadeia produtiva, organizada por um Estado indutor e planejador, que o desenvolvimento econômico e social viria como resposta. Para isso, portanto, bastaria trazer o capital para a periferia.

Keynes é um dos principais autores que relacionam diretamente crescimento econômico ao desenvolvimento no sentido amplo. Para este autor, basta incentivar o investimento privado através de uma ação política do Estado para que a economia tome o rumo do crescimento gerando emprego e renda, caminhando no sentido de se alcançar o pleno emprego dos recursos, ponto no qual todos estariam incluídos no processo, participando do crescimento econômico e do desenvolvimento social. Este não é um processo automático. Keynes propõe a administração do processo de acumulação pelo Estado para que o desenvolvimento ocorra (Keynes, 1978:125) mas só ocorre pela via do crescimento econômico, no capitalismo, pela implantação planejada, poderia se dizer, do fluxo de acumulação ampliada do capital.

De uma certa forma, essa era a visão que predominava entre os autores desenvolvimentistas como Prebisch e Furtado em suas teorias do desenvolvimento e subdesenvolvimento da periferia¹. Sua base estava em criar as condições necessárias para a construção e o crescimento da indústria na periferia, o que teria como resultado a inserção desta no mundo desenvolvido, no mundo capitalista. A diferença entre desenvolvimento e crescimento estava, para eles, em que o primeiro, o desenvolvimento, compreendia a idéia de crescimento econômico, refletindo transformações que ocorrem na sociedade a partir desse crescimento, transformações essas que se referem a um conjunto de mudanças de mentalidade social que tornam certa sociedade desenvolvida (Furtado, 1971:83-84). Essa concepção conecta, de um lado o desenvolvimento à criação de um mercado consumidor que garantisse a realização do crescimento e a formação de um fluxo dinâmico e, de outro, a criação de uma nova mentalidade social nesse processo, de nação desenvolvida, não só presente no consumidor mas em uma classe empresarial com papel inovador capaz de dar continuidade ao crescimento. É como se criasse a mentalidade do empresário inovador de Schumpeter (1961), responsável não apenas pela criação de novas tecnologias, como por manter a dinâmica do

crescimento a partir dessa inovação², a partir do investimento no ‘novo’ como ocorria nas economias desenvolvidas. Nesse contexto, a diminuição da pobreza e a inclusão seriam conseqüências desse processo civilizatório na periferia que tem sua base no crescimento econômico induzido pelo Estado Nacional.

“A industrialização era a chave” para superação do atraso, do arcaico, do subdesenvolvimento entendido “como uma situação econômica, social, política e cultural ... encarada sob o título de revolução burguesa” (Dos Santos, 2000:74).

A lógica presente nessa concepção de desenvolvimento vem de Keynes, economista de forte influência sobre o pensamento Cepalino (Rodriguez, 1981:37). A Cepal – Comissão para o Desenvolvimento da América Latina construirá o escopo teórico para o processo de industrialização na América Latina como forma de superação do subdesenvolvimento com base nas idéias deste autor. Keynes (1982) demonstra que a dinâmica de crescimento e desenvolvimento tem seu princípio na ação do empresário capaz de superar as incertezas acerca do futuro, realizando o investimento. Essa ação cria empregos, inclui outros grupos sociais no processo produtivo e, ao mesmo tempo, cria um mercado consumidor que incentivará os empresários a realizarem novos investimentos, elevando o volume de empregos num fluxo espiral ascendente de crescimento, inclusão social e desenvolvimento, elevando a produção, o emprego e a renda da sociedade. O investimento, na medida em que emprega meios de produção e trabalho, gera um fluxo de renda aos trabalhadores na forma de salários e um fluxo de renda aos próprios empresários na forma de lucros que, em conjunto, constituem a renda agregada da comunidade, a capacidade da sociedade adquirir a produção que criou e gerar novos investimentos, mantendo o fluxo.

Tanto para Keynes como para os cepalinos, uma vez iniciado o processo, cria-se um fluxo virtuoso de crescimento dado pela própria dinâmica interna do processo. A ação iniciada pelo investimento, fomentada e organizada pelo Estado – fato que é mais forte para a Cepal dado tratar-se de desenvolvimento em economias subdesenvolvidas – tem como conseqüência quase que automática uma reação positiva no crescimento econômico. A necessidade da ação do Estado vem do fato de que esse processo que dá início ao fluxo virtuoso muitas vezes não é automático. Nesse sentido, a ação do Estado através da política econômica ou do próprio investimento pode criar um cenário positivo para o incentivo à ação privada rumo ao investimento. O que Keynes está dizendo é que muitas vezes, o capital rompe seu fluxo de acumulação em crises e é papel do Estado regular a saída ou o rearranjo da economia para a retomada do processo de acumulação. A lógica de Keynes permeia a estratégia cepalina e está presente na defesa do papel do Estado como fomentador e administrador do fluxo econômico, tudo o mais sendo garantido pelo próprio crescimento.

Assim, para a Cepal, a base para a realização do desenvolvimento periférico está no fomento à industrialização como forma de internalizar esse fluxo dinâmico. A introdução da indústria na periferia promoveria a

¹ No caso de Furtado, em suas primeiras teorias, tomando-se como base sua obra “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico” (1971), dado que em obras posteriores este autor revê suas posições.

² A idéia de que o progresso técnico tem origem no empresário inovador, apesar de ainda presente na cabeça de muitos economistas e sociólogos, foi abandonada pelo próprio Schumpeter em seu “Capitalismo, Socialismo, Democracia” ao verificar que as inovações ocorriam nas grandes corporações por técnicos contratados (Schumpeter, 1961:133).

elevação da produtividade em todos os setores, criaria mecanismos tanto para elevação do excedente per capita bem como da capacidade de consumo pela inserção de novos grupos sociais nesse fluxo. Claro, o objetivo era o desenvolvimento do capitalismo na periferia, tendo neste a base para diminuição da pobreza e modernização da sociedade. Assim estava posta a industrialização como saída do subdesenvolvimento rumo aos países desenvolvidos. Desenvolvimento era assim visto como integração crescente da população na vida moderna, diminuição da pobreza, elevação do padrão de vida, aumento do consumo que “depende, em última instância, de uma expressiva quantidade de capital por trabalhador empregue na indústria, nos transportes e na produção primária, e da capacidade de bem administrá-lo” (Prebisch, 2000:76).

Octavio Rodriguez descreve a lógica Cepalina da seguinte forma: “Desenvolvimento econômico se expressa no aumento do bem estar material, normalmente refletido pela elevação de renda real por habitante e condicionado pelo crescimento médio da produtividade do trabalho. Considera-se que esse crescimento depende da adoção de métodos de produção indiretos cujo uso implica o aumento da dotação de capital por ocupado. A maior densidade de capital, por sua vez, vai sendo obtida à medida que se leva a efeito a acumulação, que é impulsionada pelo progresso técnico, necessário para garantir sua continuidade”. (Rodrigues, 1981:36).

O desenvolvimento dependia portanto da criação de uma estrutura industrial nos países ‘subdesenvolvidos’ que internalizasse o ciclo de acumulação capitalista nessas economias. Isso significava implantar nas economias periféricas determinadas condições dinâmicas observadas historicamente na lógica de funcionamento do capitalismo dos países centrais, de forma que essa dinâmica de acumulação de capital se estabelecesse na periferia e criasse, a espelho do centro (Hunt, 1989:50), um fluxo de produção/renda/consumo que tornasse o processo de acumulação menos dependente, mais autônomo, em relação à dinâmica do capitalismo do centro. Ou seja, embora a idéia não fosse reproduzir historicamente as fases do desenvolvimento capitalista do centro descritas por Rostow (1978), a base da lógica do desenvolvimentismo Cepalino era a internalização da dinâmica do capitalismo central, ‘pulando’ as etapas tidas como “naturais” ao desenvolvimento de qualquer nação, definidas por este último autor. Neste sentido, diante das discussões da época era um projeto revolucionário.

Nesse contexto, uma das grandes inovações do pensamento Cepalino não foi a idéia do que vem a ser desenvolvimento econômico, mas a forma de como alcançá-lo. Essa era a base para a crítica às etapas de Rostow. Este autor, ao analisar o processo de desenvolvimento das economias centrais, apontou fases históricas naturais para alcançá-lo, sem verificar as diferenças históricas em que havia ocorrido aquele desenvolvimento e o tipo de inserção que a periferia possuía em relação às economias já desenvolvidas, sem observar que a periferia não estava numa ‘etapa’ do processo de acumulação, mas tinha em si uma forma de inserção específica (primário-exportadora) no processo de acumulação de capital mundial, fatores apontados pela Cepal. A Cepal demonstra as diferentes características entre ambos os processos de desenvolvimento, ressaltando para a perpetuidade do subdesenvolvimento se mantida a lógica de inserção até então prevalecente na periferia. O desenvolvimento do capitalismo na periferia não poderia vir de forma natural conforme o ‘modelo’ histórico do centro. Assim, a Cepal

rompe com a lógica de Rostow, dominante à época, mas não rompe com a idéia de que um certo tipo de desenvolvimento (a exemplo do centro) seria a meta a ser alcançada. Nesse sentido, ambas as lógicas têm a inserção do processo de acumulação capitalista na periferia como algo a ser alcançado.

O ponto central da estratégia cepalina era a necessidade de se criar mecanismos que livrassem as economias periféricas do atraso relativo imposto pela forma específica de inserção no capitalismo mundial a que estavam sujeitas, como economias primário-exportadoras, que caracterizava sua dinâmica e que lhes impunha, como que numa camisa de força, um padrão de desenvolvimento diferente do que historicamente havia ocorrido nos centros desenvolvidos, dependente de um *modus operandi* alheio às necessidades da periferia, dependente da acumulação do Centro. Pela lógica primário-exportadora, as economias latino-americanas estariam fadadas a um desenvolvimento dependente das exportações de produtos primários para o Centro, de onde se originavam os recursos necessários para a importações de produtos industrializados. Assim, seu desenvolvimento não era apenas dependente, mas sua dinâmica de crescimento estava totalmente a mercê dos mercados de produtos primários com o centro. Isso deixava a periferia em uma posição subalterna e submissa ao processo de acumulação de capital do centro, à um tipo perverso de divisão internacional do trabalho que a impedia de criar o fluxo de acumulação próprio, o que resultava em um desenvolvimento desigual entre o Centro e a Periferia: “nos Centros, a estrutura produtiva é diversificada e homogênea, ao passo que na periferia, é especializada e heterogênea” (Rodrigues, 1981:42). Essa falta de diversificação da economia periférica é o que amarrava e impedia o desenvolvimento autônomo da periferia para a Cepal, impedia a criação de um fluxo de acumulação capitalista na própria periferia. Assim seria necessário romper como essa forma de inserção simbiótica da periferia em relação com o processo de acumulação mundial, presente na lógica primário-exportadora.

A solução portanto seria trazer a dinâmica do processo de acumulação capitalista para a periferia. Esta era a chave para um desenvolvimento mais autônomo, base do pensamento cepalino nas décadas de 1940-50 (Dos Santos, 2000:74). Criar uma economia autônoma e diversificada era a meta. Como apontava Furtado “Em uma economia que haja alcançado certo grau de desenvolvimento, a produção apresenta uma estrutura tal que a acumulação se torna um processo automático...” (Furtado, 1971:140). Isso significava internalizar o ciclo capitalista de acumulação em todas as suas etapas, atraindo para a periferia os setores que compõe as cadeias produtivas de forma a criar uma “estrutura homogênea”, como ocorria nos países capitalistas do Centro. Para tal, seria necessária a internalização na periferia de todas as etapas do processo produtivo de forma a criar um desenvolvimento endógeno, ou “para dentro” (Rodrigues, 1981:43 e Tavares, 1982:42). Isso consiste na criação de uma estrutura produtiva agrícola e industrial relacionadas em um fluxo de produção, emprego, renda e consumo tanto entre as pessoas envolvidas como entre os setores.

“Esse esquema simplificado contém o essencial do processo econômico. Do lado da produção, aparece a criação do excedente; do da distribuição, a apropriação desse excedente por um grupo minoritário; e, do lado da acumulação, a possibilidade de incrementar a produtividade com a ampliação do mercado e a incorporação do

excedente no processo produtivo. Se observarmos esse processo no tempo, vemos que a terceira fase reencontra a primeira; o incremento da produtividade causada pela incorporação de novo capital e ampliação do mercado, dá lugar a criação de um novo excedente, o qual, apropriado pelo grupo minoritário, se transformará em novo capital etc.” (Furtado, 1971:139).

A criação desse mecanismo que Furtado define como fonte do desenvolvimento nas economias periféricas, livrando-as da camisa de força primário-exportadora, é a base para a criação de fluxo capitalista endógeno que tornaria a economia periférica menos dependente dos países centrais ao trazer a dinâmica capitalista para dentro do espaço periférico. “Era amplamente aceito que a industrialização era a chave para o desenvolvimento econômico e esta não seria o resultado da indefinida concentração na expansão do setor primário exportador...” (Hunt, 1989:46).

Claro, no capitalismo a indústria é o centro desse processo porque é a partir dela que se irradiam os mecanismos de aumento de produtividade para todos os setores, é ela que cria essa dinâmica endógena, ela é que é o elemento central na criação e disseminação de tecnologia que eleva a produtividade, aumentando o excedente disponível para um novo ciclo de acumulação em patamar mais elevado. É a partir dela que poderia se instalar o fluxo dinâmico que caracteriza o capitalismo. Assim, acumulação, crescimento e desenvolvimento estão, para a Cepal, intimamente ligados à industrialização e ao progresso tecnológico que traz como decorrência, “mediante o qual se obtêm a elevação gradual da densidade de capital e o aumento da produtividade do trabalho e do nível de vida médio” (Rodriguez, 1981:37). “A fase superior do desenvolvimento é alcançada quando se diversifica o núcleo industrial, capacitando-se este para produzir parte dos equipamentos requeridos para que se efetue o desenvolvimento” (Furtado, 1971:187).

A estratégia portanto era criar uma estrutura industrial através de uma política dirigida para substituir a importância das exportações como principal determinante (exógeno) dinâmico da acumulação pela “variável endógena do investimento”, cujo montante e composição passariam a ser decisivos para o desenvolvimento (Tavares, 1982:34). Assim, seria possível conduzir a parte da renda que se formava na própria periferia e era destinava à importação – gerando efeito multiplicador da renda no exterior – ao desenvolvimento de um mercado interno que adquirisse os bens manufaturados produzidos na periferia, fortalecendo, junto com a produção, o mercado interno, elemento fundamental na criação de um fluxo de acumulação endógeno à periferia, internalizando o efeito multiplicador da renda e do emprego.

É interessante notar que a idéia presente nessa lógica é a de trazer para a periferia o processo de acumulação de capital como ocorre no centro, criar um núcleo de acumulação capitalista na periferia mais independente do processo de acumulação do centro. Não está presente a preocupação com o fato do processo de acumulação do próprio centro, em sua lógica de acumulação, ter como tendência estender-se sobre a periferia, ocupando o espaço periférico como forma de manter sua acumulação ampliada, característica da mundialização. Pelo contrário, a lógica da indução à industrialização na periferia atuará no sentido de aproveitar este movimento do capital incentivando sua entrada na periferia. Por outro lado, não parece estar presente no pensamento da Cepal muito menos a lógica da

centralização mundial de capital segundo a qual o capital se reorganiza em relação ao centro, na verdade impondo sua dinâmica de acumulação à periferia. Ao que parece, a proposta cepalina ainda estava imbuída da lógica do processo de internacionalização comercial do capital e, por isso, está muito mais atada ao princípio da “substituição de importações” para tornar a periferia menos dependente comercialmente.

Este fato faz com que a estratégia de industrialização da periferia latino-americana entre em uma sintonia quase que perfeita com a fase pela qual passa o capitalismo em seu processo de expansão no pós-guerra via investimentos diretos produtivos. Acaba assim sendo um mecanismo de incentivo à entrada do capital multinacional na periferia, à ocupação de seus espaços de acumulação. Em parte por essa sintonia, as políticas econômicas de desenvolvimento levadas a cabo na periferia dentro do escopo cepalino, resultam em que o processo de expansão do capital do centro para a periferia se torne muito mais forte na América Latina, submetendo sua acumulação de forma radical ao processo de acumulação mundial. Vale destacar que essa sintonia, não prevista pela Cepal, acabou por não corresponder a um rompimento da relação de subordinação como se supunha e, ao contrário, implicava em uma sintonia de interesses da periferia aos interesses dos capitais multinacionais do centro, ainda que não desejado pela Cepal.

Assim, com o objetivo inicial de buscar ‘autonomia’ pela lógica da industrialização, a periferia latino-americana, ao promover a substituição de importações com capital multinacional, acabou por integrar-se de forma estrutural ao processo de acumulação do centro, inserindo-se de forma deliberada nas contradições em que são partes constitutivas desse processo de acumulação mundial de capital. É por isso que as relações de dependência acabaram por reforçarem-se e as contradições do processo de acumulação mundial de capital se mostrarão de forma mais radical na América Latina industrializada. Isso ocorre de forma mais clara e acelerada na América Latina porque a política de industrialização por substituição aqui implantada permite que a lógica do processo de acumulação de capital do centro, em sua nova fase de internacionalização produtiva, se acople de forma quase que perfeita à substituição de importações que será a base para a industrialização da periferia latino-americana. E o Estado periférico será um agente central neste processo.

3. A Participação do Estado

Para promover essa estratégia industrializante era necessário criar mecanismos para implantação da lógica da acumulação do Centro na periferia de modo a desenvolvê-la, dado que esse não é um processo que ocorre como um impulso ‘natural’, principalmente quando se trata de uma economia periférica que possui uma forma subordinada de inserção no capitalismo mundial presente no mecanismo primário-exportador. Para sair dessa situação que perpetua a periferia como subdesenvolvida seria necessário uma ação planejada pelo Estado. Não que o processo de industrialização não ocorresse na periferia, as vezes de forma espontânea (como a “industrialização restringida” no Brasil – Cardoso de Mello, 1982:110), quando esta se via diante de uma crise conjuntural internacional que lhe tolhia a capacidade de importar produtos manufaturados. Mas, tornava-se claro que se esse fosse um processo planejado, além de evitar os desequilíbrios naturais do processo espontâneo, poderia ter um grau

de eficiência muito superior, no sentido de induzir a industrialização para a formação de uma “estrutura homogênea” que permitisse o desenvolvimento “para dentro”. Esse era o papel do Estado periférico e que seria defendido pela Cepal e utilizado no processo de desenvolvimento. Um Estado com papel de orientar e organizar esses fluxos “espontâneos”, a introdução do processo de acumulação de capital na periferia.

“... admite-se que o livre jogo das forças de mercado conduz à persistente manifestação de problemas de balanço de pagamentos, de acumulação e subutilização de capital e força de trabalho, etc., uma vez que os mesmos são inerentes ao processo espontâneo de industrialização: eles provém, em última instância, das condições em que vai se produzindo a transformação da estrutura produtiva periférica durante esse processo. Assim, segundo a concepção do sistema centro-periferia [da Cepal], para que com a industrialização se consiga aumentar substancialmente os níveis de produtividade e otimizar a alocação dos recursos, é preciso orientá-la por meio de uma política deliberada de desenvolvimento” (Rodriguez, 1981:48).

Está posta a necessidade de um Estado periférico capaz de organizar, planejar e atuar muitas vezes ocupando os lugares em que o capital privado não tinha interesse, para implantar a indústria na periferia de forma a tornar o processo mais eficiente no que concerne à “alocação dos recursos” e assim permitir a introdução da lógica de acumulação capitalista na periferia, pela construção de uma estrutura industrial diversificada, capaz de internalizar e tornar ‘autônomo’ o desenvolvimento da periferia em relação ao centro.

Vale destacar que o planejamento do desenvolvimento através do Estado à época, segundo Ianni, era uma idéia bem aceita. “Logo depois da Segunda Guerra Mundial, foi generalizada a adesão de governantes, empresários, políticos, tecnocratas, economistas e outros cientistas sociais ao planejamento governamental, como técnica de reconstrução de economias nacionais e de industrialização substitutiva de importações em países do então Terceiro Mundo. O Plano Marshall faz parte dessa história, assim como o FMI e o BIRD ... criados no fim da década de 1940 e engajados ativamente em projetos de desenvolvimento econômico planejado...” (Ianni, 1999:188). Vale lembrar que a Cepal também será criada no final da década de 40 (1948), como braço das Nações Unidas para promover e criar mecanismos para o desenvolvimento da América Latina.

O mecanismo proposto e realmente utilizado nos países que se industrializaram na América Latina é a substituição de importações planejada e organizada por políticas econômicas, com o Estado também ocupando espaços em setores específicos para completar a estrutura industrial. A defesa de políticas dirigidas pelo Estado para a substituição de importações não estava ligada à substituição pura e simples do que antes era importado, mas a uma substituição planejada que fosse capaz de internalizar a dinâmica capitalista nas economias periféricas (Tavares, 1982; Cardoso de Mello, 1982) através da criação de condições para a atração de investimentos em setores que se constituíssem como a chave dessa dinâmica.

O princípio então seria, através de um aparato institucional com forte participação do Estado e de políticas industriais por ele formuladas, organizar e incentivar o processo de substituição de importações, bem como a participação do agente externo (capital multinacional) e o planejamento do uso das divisas oriundas das exportações

para realizar importações substitutivas. Ao invés de importar bens de consumo finais, deveria ser dado incentivo à produção interna desses bens, priorizando a importação de equipamentos e máquinas que permitisse a internalização dessa produção, bem como investimentos externos que o fizessem, partindo dos bens menos sofisticados, para depois caminhar para a substituição de bens mais sofisticados e dos setores mais intensivos em capital ligados à indústria de bens de capital e bens intermediários (Tavares, 1982:43). A idéia era “repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos” (Tavares, 1982:35), como forma de se alcançar o desenvolvimento, a espelho do centro. A política de substituição de importações dessa forma organizada pelo Estado periférico seria a arma para resolver o problema de baixa produtividade e a falta de tecnologia moderna que caracterizava a estrutura econômica da periferia, fatores que não permitiam a criação de excedente suficiente para a internalização de um fluxo de crescimento significativo.

A criação de uma política de substituição de importações organizada, também vem da necessidade de otimizar o uso dos recursos obtidos ainda com base na economia primário-exportadora bem como programar uma série de incentivos para que setores e grande grupos internacionais produtores de bens importados fossem, de forma gradativa, criando estruturas produtivas dentro das fronteiras das economias periféricas. Isso envolvia definir que tipos de bens poderiam ser importados, criando-se, por um lado, barreiras à importação que protegessem a indústria nascente que eram foco de substituição, bem como, de outro, permitindo a realização apenas daquelas importações estratégicas para formar o parque industrial (Hunt, 1989:141).

Por outro lado, a ação política para o desenvolvimento via Estado era fundamental para o sucesso da proposta em toda sua amplitude dadas as amarras presentes na lógica primário-exportadora que prendiam a periferia latino-americana ao movimento do capital comercial internacional. Conforme Furtado, a saída do subdesenvolvimento estava ligada à ação política dado que “uma economia subdesenvolvida não deve ser considerada isoladamente do sistema de divisão internacional do trabalho em que está inserida, e que, em suas raízes, o subdesenvolvimento é um fenômeno de dominação, ou seja, de natureza política” (Furtado, 1971:191).

Assim, o Estado periférico latino-americano acaba por ocupar um espaço central em todos os países que lograram sucesso em seu processo de industrialização por substituição de importações. Além de ser organizador e mentor de política econômicas, atua principalmente como produtor em setores como infra-estrutura e bens intermediários básicos. Permite assim fornecimento de matérias primas como aço, produtos químicos, minérios, bem como energia, transporte, telecomunicações, a preços bastante baixos através de empresas estatais, criando uma estrutura e um ambiente que permitia ao capital privado ser lucrativo. Torna-se assim, responsável pela construção de uma série de andares no “edifício” (Tavares, 1982:46) que constitui o fluxo dinâmico pensado pela Cepal para a América Latina. Incentiva assim o investimento privado nacional e multinacional³.

³ No caso do Brasil “a ação do Estado foi decisiva ... porque se mostrou capaz de investir maciçamente em infra-estrutura e indústrias de base...” bem como por que estabelece “as bases da associação com a grande empresa oligopólica estrangeira” (Cardoso de Mello, 1982:118).

O Estado atua de forma a incentivar a inserção da periferia no capitalismo mundial buscando, contraditoriamente, sua independência em relação ao processo de acumulação mundial. Essa ação acaba modificando apenas a forma de inserção da periferia no capitalismo mundial, a forma de dependência em relação ao centro. Ao mesmo tempo que o Programa de Substituição de Importações implantado pelos Estados da periferia latino-americana rompe com um processo de dependência presente na lógica primário-exportadora, na medida em que o capital que atrai para a periferia é o capital multinacional, cria novas formas de dependência mais complexas.

Essa forma de ação do Estado ‘desenvolvimentista’ apenas se transformará nos anos 80 e 90, em especial na América Latina, por uma série de políticas conjugadas à estratégias de reorganização do capital multinacional, políticas essas que defendem uma maior liberdade ao capital com vistas a procurar garantir seu espaço de acumulação na periferia. Nos anos 80 e 90, os países que tiveram sucesso em se industrializar na América Latina adotarão políticas liberalizantes que têm como um de seus centros a retirada do Estado do processo de acumulação na periferia. Argentina, México e Brasil realizam amplos processos de privatização nestes anos, diminuindo o papel do Estado como produtor, ao mesmo tempo que as políticas de ajuste macroeconômico para combater inflação e resolver os problemas externos que essas economias irão enfrentar a partir de 1980, políticas essas preconizadas pelo FMI, afastarão o Estado inclusive de seu poder de realizar políticas econômicas na periferia. Esse movimento de afastamento do Estado do processo produtivo e sua diminuição da capacidade de intervenção estará em total sintonia com os desejos do grande capital multinacional que se instala na periferia pelas próprias mãos das políticas que o Estado periférico cria em sintonia com o movimento do capital multinacional a partir dos anos 50.

4. A Participação do Capital multinacional

Os questionamentos acerca da participação do capital multinacional no processo de substituição de importações só surgirão ao final dos anos 60 na América Latina diante das contradições que resultam dessa parceria. O capital multinacional torna-se parte integrante da estratégia presente no pacote industrializante ao lado do Estado, como forma de acelerar o processo de desenvolvimento da periferia, como parceiro no desenvolvimento do capitalismo periférico. A atração de investimento direto estrangeiro – IDE é, assim, um elemento central para a concretização de tal desenvolvimento. Através desta parceria, a periferia latino-americana acabará por se inserir definitivamente no processo de acumulação mundial mas, ao contrário de conquistar sua ‘autonomia’, acaba elevando sua dependência subsumindo-se de forma radical ao movimento do capital mundial.

Vale lembrar que essa aliança também estava em sintonia com a lógica defendida no pós-guerra pelos próprios países centrais (Schoultz, 1999; Heilbroner, 1963). Era explícita a idéia de que periferia não se desenvolvia por falta capital produtivo e financeiro, o que poderia ser superado ao se abrir as portas para que as empresas multinacionais o fornecesse, uma solução ao mesmo tempo para a periferia e para a expansão do capital multinacional, num jogo em que todos ganham. Sob essa lógica os Estados dos países centrais se dispuseram até a apoiar ditaduras na periferia que apoiavam o investimento estrangeiro (Schoultz, 1999:381), desde que atuassem em

suas políticas de desenvolvimento em sintonia com o interesse do capital multinacional. Portanto, as políticas de substituição de importações acabam indo ao encontro do interesse do grande capital multinacional.

Mas, ao mesmo tempo a industrialização tendo como parceria o capital multinacional estava ligada principalmente à lógica Cepalina que o colocava “como apoio essencial ao desenvolvimento econômico e industrial de nossos países” (Dos Santos, 2000:85). O argumento era que ter o grande capital multinacional como parceiro no esforço industrializante ajudaria a “queimar as etapas” no desenvolvimento, na estratégia de internalizar o fluxo dinâmico na periferia, dado que a tecnologia e os recursos financeiros já estavam disponíveis em suas mãos. Trazer tecnologia desenvolvida nos centros de pesquisa das matrizes multinacionais aceleraria o processo de liberação da periferia das amarras do subdesenvolvimento, aceleraria a criação de uma indústria o mais diversificada possível, elevando a produtividade e a geração de excedente produzido na própria periferia, o que deveria contribuir para criar como consequência um mercado interno dinâmico, um ambiente propício a novos investimentos, renda e emprego. As grandes empresas multinacionais tinham portanto como papel central ajudar na rápida elevação da produtividade pela internalização dos setores dinâmicos que já dominavam mundialmente, de modo a acelerar a internalização da dinâmica da acumulação na periferia.

Estava portanto posta a abertura para a entrada do capital multinacional na periferia como estratégia para se criar uma estrutura industrial ‘independente’ das economias centrais. “Ninguém discute que o desenvolvimento econômico de certos países da América Latina e sua rápida assimilação de técnica moderna, em tudo o que lhe possa ser proveitoso, dependem em alto grau dos investimento estrangeiros” (Prebisch, 2000:75/77).

Ao mesmo tempo, além de acelerar o processo de industrialização da periferia pelo poder de queimar etapas no desenvolvimento de tecnologia e construção de um parque industrial moderno, o investimento direto do capital multinacional também servia para elevar o potencial importador no esforço substitutivo. Diante da carência de moeda forte que caracteriza as economias periféricas, a entrada de investimentos externos pelas mãos do próprio capital multinacional deixa recursos oriundos de exportações e outros empréstimos externos disponíveis para elevar as importação substitutivas, aliviando a pressão da política de substituição sobre o Balanço de Pagamentos, elevando o potencial substitutivo. Assim, também por esse motivo, a atração de investimento direto pela implantação de estruturas produtivas de empresas multinacionais dentro das fronteiras da periferia passou a ser central no esforço industrializante.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a lógica substitutiva de importações se beneficiava do investimento direto estrangeiro, isso servia aos interesses do próprio capital multinacional. O esforço de atração do capital multinacional para a periferia como complemento ao esforço substitutivo realizado pelo Estado periférico se tornará a porta de entrada para o capital multinacional em uma época em que este também está em seu processo de internacionalização produtiva. Os movimentos se realizarão em simbiose. A industrialização na América Latina coincide com o momento em que as empresas multinacionais estão ávidas em busca de novos espaços para dar continuidade ao seu processo de acumulação inaugurado no pós-guerra, após a reconstrução européia, após também

a estruturação de enclaves econômicos de proteção à expansão do comunismo na Ásia⁴. Assim, o capital em sua ação simbiótica com seus Estados de origem passa a focar a periferia latino-americana como parte de sua estratégia na acumulação mundial, em sintonia com o Estado e as elites periféricas.

“... a redefinição da divisão internacional do trabalho em curso acelerado após a liquidação da recuperação européia do pós-guerra transformava os termos da atuação do capital internacional em relação às chamadas economias periféricas dependentes: agora, a industrialização das economias dependentes entrava na divisão internacional do trabalho do mundo capitalista como uma nova forma de expansão desse sistema, elevando-se do antigo patamar de produtores de matérias-primas *versus* produtores de manufaturas para produtores de manufaturas de consumo *versus* produtores de manufaturas e bens de produção” (Oliveira, 1977:83). Assim, como parece ter percebido Oliveira, a periferia acabou inserida em uma nova forma de divisão internacional do trabalho, não menos dependente no sentido cepalino.

Pode-se dizer portanto, que o processo de industrialização da periferia esteve em sintonia com a fase de expansão do capital para o mundo, em seu processo de ocupação de novos espaços – encontrados em partes da periferia – a partir da necessidade que o capital, materializado na ação de cada capital individual, tinha de dar continuidade ao processo de valorização do valor em escala ampliada. Após a onda de investimentos realizados nos países centrais proporcionados pela reconstrução do pós guerra, para manter o valor criado no processo de acumulação, novos espaços são necessários para a acumulação ampliada de capital. Será assim, em alguns países da América Latina que esse capital encontrará apoio político de grupos sociais consubstanciados em políticas econômicas específicas para expandir sua acumulação para o mundo através de investimentos diretos produtivos.

Vale registrar que a participação nesse processo acima descrito não estava presente nas formulações cepalinas. Não parece ter sido essa a perspectiva da Cepal ao propor e defender o processo de industrialização por substituição de importações, lançando mão do capital multinacional. De qualquer forma, essa sintonia com o capital multinacional em expansão é o que acaba ocorrendo e, se por um lado é o que permite a industrialização da periferia, de outro aprofunda e cria novas relações de dependência. A talvez falta de consciência sobre os impactos em termos de elevação da dependência e vulnerabilidade a partir da associação com o capital multinacional para promoção do desenvolvimento nacional, pode ser percebida nas próprias discussões propostas em alguns textos de Furtado. Esse autor que havia sido um dos mentores das propostas cepalinas que foram expostas em seu “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico”, passa a questionar de forma radical o papel que acabou tendo o capital multinacional na estrutura produtiva latino-americana a partir dos anos 60, discussão que está presente em “O mito do Desenvolvimento” e “A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina”, onde critica, as vezes de forma radical, a submissão ao capital multinacional que havia resultado do processo de industrialização na América Latina.

⁴ Conforme afirma Shoultz, a preocupação dos Estados dos países centrais (liderados pelos EUA) com o desenvolvimento da América Latina só tomará corpo a partir dos anos 50, quando se incentivará as empresas Norte-

5. *Capital Multinacional como centro dinâmico*

O relativo sucesso da estratégia de substituição de importações a partir de meados dos anos 50 deve-se à uma sintonia de interesses do grande capital multinacional com a estratégia presente na política substitutiva dos países periféricos latino-americanos, “... a política econômica governamental e as tendências de expansão da empresa multinacional combinam-se positivamente” (Ianni, 1986:274). A estratégia periférica se coaduna com o interesse do grande capital multinacional em seu processo de acumulação na etapa de internacionalização produtiva. É por esse motivo que a etapa mais intensa da substituição de importações que se realiza nos anos 50 e seguintes tem por base elevados investimentos de grandes grupos multinacionais, dando “início a fase de desnacionalização e *sucursalización* da indústria latino-americana” (Sunkel, 1972:22). Apesar de esse movimento do capital ser generalizado para todo o mundo, é na América Latina que esse processo de internacionalização se tornará mais forte. A forma como foram estruturados os programas de substituição de importações pelos Estados latino-americanos com apoio de suas elites locais é uma das explicações. As outras referem-se talvez ao lugar que a América Latina ocupa nas estratégias geopolíticas dos Estados centrais no pós-guerra.

Essa estratégia será responsável pela criação de uma estrutura industrial, resultado do processo de substituição de importações, que colocará o capital multinacional no controle dos setores mais dinâmicos no fluxo de acumulação implantado na América Latina – aqueles que transmitem produtividade para toda a economia ou que possuem forte efeito multiplicador – da mesma forma que os controla no centro⁵. Marca a forma de inserção da América Latina no processo de acumulação mundial. Assim, a estratégia abre espaço para que a dinâmica capitalista mundial envolva a periferia em sua lógica de acumulação, o que na verdade modificará a relação de dependência. A dinâmica do processo de acumulação de capital introduz a periferia em seu novo movimento agora de internacionalização produtiva do capital. A estratégia de desenvolvimento da periferia torna-se a própria estratégia de acumulação do grande capital que, a partir da ocupação dos espaços que lhes foi disponibilizado na periferia, impõe sua lógica de acumulação e suas contradições.

“O capital estrangeiro entrou sobretudo nos ramos chamados mais dinâmicos e, se esses ramos são os motores da expansão, o capital estrangeiro de certo modo ‘controla o processo dessa expansão; por oposição o capital nacional ‘controla’ menos a economia ... do que há vinte anos atrás” (Oliveira, 1987:50).

Com isso, não se quer aqui inferir que o processo de industrialização nas economias latino-americanas pudesse ser dominado e realizado sob o comando do capital nacional como aponta o próprio Oliveira⁶, inclusive

americanas a investir na região. “Longe das fronteiras da União Soviética, a América Latina não estava ainda ameaçada e, portanto, não merecia muita atenção [até então]” (Shoultz, 1999:370).

⁵ Ianni, comentando sobre o Brasil aponta que “A análise da política econômica governamental desde 1964 revela o predomínio da tendência internacionalista ... o que ocorreu foi uma reintegração da economia brasileira enquanto subsistema econômico no âmbito do capitalismo mundial ... Esse processo foi facilitado e acelerado pelas diretrizes governamentais que impulsionaram a concentração e a internacionalização do capital ... nos diversos setores da economia brasileira” (Ianni, 1986:289).

⁶ “Concretamente, no caso brasileiro, os ‘cinquenta anos em cinco’ [Plano de Metas de Kubtschek, 1956-60] não poderiam ser logrados sem o recurso do capital estrangeiro - ... comparações com o Japão não levam em conta a profunda diferença entre a classe empresarial japonesa e a brasileira” (Oliveira, 1987:47).

porque essa é uma hipótese que já não ocorreu, já não faz parte da história. Mas deve-se atentar para o fato de que é dessa aliança estratégica entre a periferia e o capital multinacional que resultará uma estrutura produtiva na América Latina que sempre estará refém dos interesses do capital multinacional e das economias centrais, dada a posição de destaque passa a ocupar o capital multinacional na estrutura produtiva periférica, o que significa dizer, torna a periferia muito mais subordinada ao processo de acumulação mundial de capital. Isso acabará por não resultar em uma maior independência ou autonomia da periferia em relação ao centro e sim, ao contrário, redundará em sua ligação umbilical à reprodução mundializada do capital, bem como, à necessidade de grandes lutas se o objetivo for algum dia romper essa estrutura.

Com isso, não se deseja aqui dizer que seja possível, na forma como funciona o capitalismo, uma independência total das economias periféricas. A interdependência é inevitável. A questão está portanto muito mais ligada não à idéia de isolamento mas a idéia de poder. A forma como alguns países latino-americanos se submetem ao capital mundializado lhes deixa uma pequena margem de manobra para defender seus interesses nacionais em relação aos interesses e estratégias do capital multinacional. E, quanto mais submetida a essa estratégia de subordinação (como se verá ocorrer nos anos 90), menor é essa possibilidade e maior é a fragilidade e a subsunção ao movimento do capital segundo sua natureza. Isso se torna mais preocupante a partir do momento em que o movimento desse capital, no mundo, passa a ser desintegrador e não integrador em processos de centralização.

A questão, ao que parece, é o fato de o processo de modernização proposto pela Cepal estar muito conectado à idéia de dependência aparente no comércio internacional, ao fato de o crescimento interno estar ligado à realização da produção no exterior, no mecanismo primário-exportador, que precisava ser superado com a internalização produtiva. A realização aparece como elo central na lógica cepalina, a lógica da demanda. A idéia de internalização dinâmica está em trazer essa realização para dentro da periferia. E, para tal objetivo, o capital multinacional é não só bem vindo como necessário. Está assim implícita na lógica da substituição de importações e na lógica de internalização do fluxo dinâmico, não a possibilidade de suprimir totalmente a relação comercial com o exterior, o que não teria sentido, mas à idéia de tornar essa relação com o exterior um elemento exógeno no processo de desenvolvimento periférico e não endógeno como era na relação primário-exportadora. Aparentemente está aí abstraída a lógica de quem controla o processo de produção bem como o processo de acumulação de capital.

A lógica implícita nesse processo de conquista de 'autonomia' da periferia parece acreditar que mesmo colocando o capital multinacional dentro da periferia estes países conquistariam sua autonomia em relação ao movimento do capital mundial. Assim, bastava implantar uma política modernizante que criasse uma estrutura industrial, via substituição de importações em parceria com o capital multinacional, que essa autonomia seria alcançada, mesmo tendo seu centro dinâmico dominado por empresas oligopolistas estrangeiras.

Na verdade, essa aliança com o capital multinacional acaba por contribuir para tornar mais arraigadas as contradições presentes na própria natureza do processo de acumulação mundial em que a periferia, principalmente a latino-americana, se insere. Já de saída é um processo que surge sobre um Estado periférico que, ao contrário de

administrar o movimento do capital mundializado em seu processo de acumulação, intensifica seu movimento pelas políticas de apoio a ele e, por conseguinte, potencializa na periferia a manifestação de suas contradições, ao contrário de outros estados periféricos como os asiáticos que procuram administrar seu movimento. Na América Latina este torna-se um processo que se fortalece sob a idéia de que o papel do Estado é construir o cenário atrativo ao capital multinacional. Ao colocar o capital multinacional dentro das fronteiras da periferia, radicaliza a submissão e vulnerabilidade à “fatores externos”, relativos ao capital multinacional e às contradições do processo de acumulação capitalista mundial.

O resultado acaba sendo na verdade a introdução das economias periféricas latino americanas no processo de mundialização de capital e não, a introdução do capitalismo “a espelho do centro” na periferia com um fluxo dinâmico próprio. E isso acaba por criar novas formas de dependência, formas tais que talvez fosse mais adequado o uso do termo subsunção ao movimento mundial do capital ao invés de dependência, embora estas formas se materializem como dependência comercial, tecnológica, financeira e política, no sentido de que a participação da periferia no comércio internacional acaba por depender das estratégias das multinacionais lá instaladas. A modernização da economia depende da importação de tecnologia que, por sua vez, depende da existência de recursos em moeda forte; a política interna torna-se dependente de decisões de órgãos multilaterais e outras instituições e Estados que zelam pelos interesses do capital mundializado⁷.

6. *Materialização da nova dependência*

Essa estratégia de industrialização por substituição de importações transformou de forma radical a estrutura industrial de alguns países da América Latina. O Estado em conjunto com o capital multinacional e, como “sócio menor”, o capital privado nacional, implantaram uma estrutura industrial relativamente moderna em países como Brasil, Argentina e México. O Estado além de atuar como investidor, criou as políticas e o ambiente propício para o investimento multinacional como base para o processo de industrialização em consonância com o movimento mundial de acumulação de capital. Mas, isso não significou mais autonomia para a periferia.

O Brasil, por exemplo, passou por dois grandes ciclos de crescimento e implantação de seu parque industrial na segunda metade dos anos 50 e na passagem dos anos 60 para 70, consolidando uma estrutura industrial no chamado “tripé de acumulação” – Estado, empresas multinacionais e empresas nacionais – que só será desfeito com o afastamento do Estado nos anos 80-90⁸. Criou uma estrutura industrial relativamente diversificada que teria, de fato, sido impensável alcançar se não fossem as políticas de substituição de importações implantadas. Diversos setores passaram a ter instalações produtivas no país, mudou-se a estrutura do PIB em favor da indústria, criou-se

⁷ David Korten é mais radical na análise ao afirmar que “uma revisão das realizações das três instituições de Bretton Woods traz suas verdadeiras funções sob um foco mais nítido. O Banco Mundial tem servido como instalação de financiamento das exportações das grandes corporações... O FMI tem servido como cobrador das dívidas para as instituições financeiras [internacionais]... O GATT [atual WTO – World Trade Organization] tem servido para criar e fazer vigorar uma carta dos direitos das corporações contra a intrusão de povos ... e governos democraticamente eleitos...” (Korten, 1996:211).

⁸ Para Francisco Oliveira, esse processo de afastamento do Estado inicio-se na fase final ditadura militar no Brasil (Oliveira, in Sader e Gentili (orgs), 1995:24/5). Marca-se aqui os anos 90 por conta dos processos de privatização que ai se fortalecem.

uma nova classe de trabalhadores industriais e novos mercados para produtos industrializados (Sunkel, 1975:130-133).

A Argentina também observou uma forte modernização em sua economia, mas que também se traduziu em fortalecimento do capital multinacional. Como aponta Dupas “a liderança do desenvolvimento esteve principalmente nas mãos de subsidiárias de multinacionais. Suas filiais começaram a ganhar posições dominantes nas indústrias automobilística, química, metal-mecânica, atraídas por um mercado interno protegido. Em 1955, a participação das empresas estrangeiras no produto industrial argentino era de 20%. Em 1975, passou a ser 1/3 do total tem um envolvimento ainda maior com o setor automobilístico” (Dupas, 1999:141).

Pode-se dizer com segurança que de fato a ‘modernização’ realizada na periferia modificou o conjunto de relações dinâmicas dessas economias. Mas esse não foi um processo que atuou no sentido de elevar a autonomia dessas economias e nem tampouco no sentido de aproximá-las da lógica dinâmica das estruturas dos países centrais. Os resultados ficaram longe do almejado. Conseguiu-se, pela política de substituição de importações em consonância com o movimento de internacionalização do capital que ocorria no mundo a partir do centro, criar um parque industrial diversificado. Mas isso não tem o mesmo significado que estava presente na idéia de introduzir o fluxo dinâmico na periferia, de forma a autonomizá-lo como havia ocorrido historicamente nas economias desenvolvidas.

A forma como se deu a industrialização acabou por introduzir a periferia no fluxo dinâmico capitalista do centro, controlado por multinacionais, fato que estabeleceu novas relações de dependência bem como potencializou as contradições do processo de acumulação de capital periférico. Tornou essas economias muito mais submissas e vulneráveis ao movimento do capital mundializado pela diminuição da capacidade de controle sobre seu próprio processo de acumulação, uma vez que esse controle, materializado no capital multinacional, é externo. Assim, novas relações de dependência muito mais complexas são criadas na relação centro-periferia a partir da forma como foi implantada a indústria na periferia. O que acabou por se modificar foi o padrão de inserção da periferia no processo de acumulação mundial.

“O que caracteriza essa nova economia internacional é o controle, por grupos sediados nos subsistemas dominantes, da difusão de novas técnicas, ou seja, de novos produtos e de novos processos produtivos Pode-se portanto afirmar que nas economias subdesenvolvidas o desenvolvimento tende a acarretar aumento dos vínculos internacionais, no sentido de que na grande maioria dos casos, ele está ligado à expansão das atividades de uma empresa que têm seu centro de decisão fora do subsistema em questão [da economia periférica]. Como esse desenvolvimento envolve a adoção de novo padrão de consumo ou a sua difusão, e com esses novos padrões trazem consigo um vínculo de tipo internacional (importação e *inputs*, pagamento de *royalties*, patentes, etc.), pode-se afirmar também que o referido desenvolvimento é uma transformação estrutural do sistema global que tende a estreitar as relações de dependência” (Furtado, 1971:233).

Essas novas contradições a que as economias latino-americanas estarão submetidas se materializam em novas formas mais complexas de dependência que dão substância à dependência da dinâmica do processo de acumulação mundial à que se sujeitam a partir dos processos de industrialização com capital multinacional. Se os Cepalinos acreditavam que fosse possível alcançar uma dinâmica autônoma e independente, esse não foi o resultado do processo de desenvolvimento com substituição de importações amparado no capital multinacional. A substituição de importações altera a relação primário-exportadora, mas cria um outro tipo de relação muito mais complexa que acelera as contradições do processo de acumulação e as faz refletir na periferia sob a lógica da acumulação mundial. Essas contradições se materializam na dependência que a periferia terá sobre o movimento do capital multinacional vis à vis a estratégia que este último possui no processo de mundialização.

As formas aparentes dessa dependência se concretizam como dependência tecnológica, financeira, bem como sem escapar, comercial. São dependências que se tomam cada vez mais profundas e reais quanto mais a economia periférica se subordina ao processo de acumulação capitalista mundial e afasta o Estado do processo. Isso torna distante a hipótese de que a introdução do capitalismo na periferia resulte de forma automática em desenvolvimento na América Latina como se imaginava. O capitalismo que aqui se implanta, sob o controle do grande capital oligopolizado internacional, já nasce, pelas contradições que desenvolve, sobre a exclusão e se fortalece dela como demonstram Furtado e Oliveira, fato que se materializa na criação de um mercado de elite como elemento dinâmico, que se fortalece nas fases de crescimento, e numa necessidade estrutural de buscar o mercado exportador, principalmente nas fases de crise. Essa contradição se concretizará como vulnerabilidade externa, materializada em enormes dívidas externas, que acompanha essas economias ao longo da história passada e recente.

Autores como Teóthônio (1978), Sunkel (1972), Frank (1980), Ianni (1974) e mesmo Furtado (1971, 1974, 1987) – sendo este último, vale lembrar, aquele que construiu e colocou em um modelo teórico as idéias cepalinas – já apontavam para a série de problemas e resultados das políticas de substituição de importações dos anos 50 (Plano de Metas no Brasil) e anos 60 para alguns países da América Latina. Reformularam a teoria da dependência diante das restrições que se apresentavam à periferia (aquela que logrou sucesso em industrializar-se) já no final dos anos 60 e início dos 70. Afinal, com as políticas de substituição de importações da forma como implantadas, conseguiu-se, até certo ponto, dissociar o comércio exterior de matérias primas do crescimento periférico, mas tomou essas economias muito menos autônomas. Essas economias, apesar de mais industrializadas, encontravam-se em uma situação de dependência maior do que anteriormente. O controle sobre sua dinâmica interna passou a depender em grande parte de decisões tomadas no exterior por aqueles que controlam o grande capital multinacional instalado na periferia. Novas necessidade de importação, principalmente de bens que embutem tecnologia, a impossibilidade de desenvolver essa tecnologia internamente e a restrição externa que desses movimentos resulta, colocaram as economias periféricas Latino Americanas em um nova camisa de força.

A partir da substituição de importações, a periferia se transformará de importadora de produtos industrializados finais em comprador de matérias-primas e bens de capital, principalmente aqueles de elevado

conteúdo tecnológico, o que se tornará um problema estrutural para elas. Quando a importação desses produtos é impedida por medias de proteção à indústria instalada na periferia, ela perde competitividade; quando é permitida a importação, a indústria aqui instalada se moderniza mas, ao mesmo tempo, compromete recursos em moeda forte, o que acaba em ciclos de restrição externa materializados no acúmulo de dívida externa.

Para Theotônio dos Santos esse era um problema estrutural que resultava do processo de substituição de importações que já aparecia nos anos 60. À medida em que ia se completando o processo substitutivo nos segmentos de bens de consumo, criavam-se novas necessidades de importação de bens intermediários, matérias primas e bens de capital. Essa importação passa a ser obrigatória para a continuidade do processo de produção em determinados setores. Por isso a dependência se torna estrutural. Antes, a importação de produtos manufaturados só poderia acontecer se houvesse um volume de divisas disponível conseguido através da exportação de produtos primários, mas agora [anos 60], a partir da substituição de importações, a compra no exterior de “matérias-primas para a indústria, ... máquinas e produtos ... semimanufaturados ... [tornam-se] mais do que essenciais para a sobrevivência da economia (Dos Santos, 1973:67). Para a economia crescer na periferia e se modernizar é imperativo elevar as importações. Assim, essa restrição torna-se um problema estrutural das economias periféricas.

Vale destacar que apesar de Dos Santos referir-se aos anos 60, esse será um problema sempre presente uma vez que a questão da produção de tecnologia na periferia nunca se resolverá. A estratégia de intensificar do processo de substituição a partir do pressuposto de que seria possível construir o “edifício” por completo na periferia (Tavares, 1982:46), implantando todos os setores chaves em simultâneo, tornando-a menos dependente de importações, também não resolverá o problema como no caso do Brasil. Quando se imaginava o “edifício” todo pronto no final dos anos 70 (Castro e Souza, 1985) a economia enfrenta dificuldades e perda de competitividade nos anos 80. Isso ocorre por conta de o capitalismo periférico latino-americano ter sua estrutura dinâmica nas mãos do capital multinacional o que torna a necessidade de comprar tecnologia produzida na matriz das empresas multinacionais um mecanismo de constante pressão sobre as importações que promovem a modernização das próprias empresas multinacionais. E, isso não decorre de uma falta de capacidade técnica natural da periferia, mas do fato de essas empresas já desenvolverem essa tecnologia no Centro.

Não faz parte da lógica das empresas multinacionais desenvolver tecnologia na periferia (Chesnais, 1996:cap.7). Já o fazem no centro. Se chegaram algum dia a produzi-la na periferia, principalmente latino-americana, o foi de forma marginal. Quanto toma-se, por exemplo, o número de patentes como medida para a criação de novas tecnologias, verifica-se que “não mais de 10% das patentes concedidas [dados de 1992] pelo US patent Office às empresas internacionais vinham de subsidiárias no exterior” (Hirst e Thompson, 1998:151). Vale ressaltar que esses números envolvem países centrais e periféricos, podendo-se inferir que as patentes oriundas de filiais na periferia devam ser insignificantes. Portanto, as empresas multinacionais não tem a tendência a desenvolver tecnologia na periferia. A maioria dos centros de decisão estratégica e de pesquisa e desenvolvimento das corporações multinacionais localiza-se nos países desenvolvidos (Dupas, 1999:47).

Além disso a estratégia das empresas para produção e implantação de novas tecnologia tem pouco a ver com a política de desenvolvimento da periferia. “...a transferência de tecnologia e o processo de aprendizagem ... estão crescentemente circunscritas à estratégia global das empresas multinacionais e não relacionadas às estratégias de desenvolvimento dos países que as recebe” (UNCTAD, 2003:103). Esse ponto ainda é reforçado por Porter que aponta para o fato de que as multinacionais “não podem ... ser o único motor de criação da vantagem nacional em indústrias avançadas. As multinacionais localizam atividades na cadeia de valores de países estrangeiros, como parte de estratégias globais integradas ... raramente é de interesse de uma multinacional fazer de um país em desenvolvimento um centro importante para produção de componentes sofisticados ou para realização de P&D essencial...” (Porter, 1989:756).

“Do ponto de vista da acumulação de capital, isso tem profundas conseqüências. A primeira e mais óbvia é que os países ou sistemas capitalistas subnacionais periféricos podem apenas copiar o descartável, mas não copiar a matriz da unidade técnico-científica; uma espécie de eterna corrida contra o relógio. A segunda, menos óbvia, é que a acumulação que se realiza em termos de cópia descartável também entra em obsolescência acelerada ... Isso exige um esforço de investimento sempre além dos limites das forças internas de acumulação, o que reitera os mecanismos de dependência financeira externa” (Oliveira, 2003:139)

A contra face dessa nova dependência resultante do tipo de industrialização que se implanta na América Latina, talvez muito mais estrutural do que em sua forma primário-exportadora, é a dependência de recursos em moeda forte para fazer frente às novas necessidades de importação, principalmente nos ciclos de modernização por que passam as economias periféricas. A cada nova onda de investimentos em modernização da estrutura produtiva, a cada ciclo de crescimento econômico, a tendência é acumularem enormes dívidas externas que acabam por se auto-alimentar. O Brasil viveu essas crises na segunda metade dos anos 60 (Oliveira, 1977:87), na segunda metade dos anos 70 (Ibid., p.109), crise essa que se estendeu e subjugou o país ao longo dos anos 80 e, novamente ao final dos anos 90, já fora da estratégia substitutiva.

Tanto a necessidade de importações nos períodos de crescimento como o pagamento dos compromissos do endividamento externo nos períodos de crise trazem consigo a necessidade de se gerar superávits comerciais com o exterior, ou de conseguir novos empréstimos, ou mesmo, atrair novos investimentos diretos estrangeiros, únicas formas de se trazer moeda forte à periferia. Esses elementos materializam o que se denomina de restrição externa, elemento que se torna recorrente na periferia e acaba por colocá-la sob o jugo dos organismos multilaterais que passam a definir a política econômica da periferia endividada⁹ (Clarke, 1996:301; Chossudovsky, 1999; Korten, 1996:211).

Assim, as economias periféricas se vêem diante da obrigatoriedade de realizar políticas econômicas capazes de gerar esses recursos. Uma das saídas, a mais tradicional e histórica na periferia, é a promoção de desvalorizações cambiais para tornar seus produtos mais competitivos no exterior, política que, diante das necessidades de

⁹ Stiglitz chega a afirmar que o FMI assume um papel de “administrador colonial” na periferia (Stiglitz, 2000:70).

importação, possui forte impacto inflacionário pela elevação dos custos das matérias primas importadas. A outra forma, também tradicional tanto na periferia como no centro, é a promoção de políticas recessivas através de uma política monetária restritiva – que resulta em elevação das taxas de juros internas – e uma política fiscal ativa, ambas com intuito de reduzir a demanda agregada interna e gerar excedentes exportáveis. Outro impacto importante desse tipo de medida ocorre sobre o Estado¹⁰ à medida em que são realizadas mediante a emissão de dívida pública para o controle monetário o que eleva em muito seu endividamento, alimentado ainda por elevadas taxas de juros, o que o impossibilita de agir como Estado desenvolvimentista, como tradicionalmente atuava no auge dos processos de substituição de importações.

Ora, esse conjunto de políticas é tradicional a cada crise do Balanço de Pagamentos vivida pelas economias periféricas são amplamente recomendadas por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional. São claramente políticas que garantem o pagamento dos compromissos externos. São Políticas que acompanham a periferia desde as crises dos anos 60.

Mas, o impacto dessas políticas sobre a periferia são um pouco mais perversos. Os ajustes recessivos que impõe uma espécie de crise planejada sobre a economia acabam por reforçar os processos de concentração e centralização de capital na periferia, processo em que as empresas mais fortes ocupam os espaços das mais fracas. Como as empresas estrangeiras tem quase sempre maior poder de fogo financeiro dado o apoio que possuem em suas matrizes, elas têm uma maior capacidade de resistência a cada onda de crise recessiva na periferia, momento em que aproveitam para ocupar os espaços das empresas mais fracas. Um exemplo disso é demonstrado por Oliveira quando, ao final dos anos 60, “... uma política de recessão calculada, cujo sentido [era] o de preparar as bases institucionais para um processo de concentração de capital” (Oliveira, 1977:92 e 93) foi implantada no Brasil e acabou por fortalecer o capital multinacional. “... a posição privilegiada em que se encontravam as empresas estrangeiras, relativamente às nacionais, facilitou a sobrevivência e a expansão daquelas” (Ianni, 1986:265).

Por outro lado, esse conjunto de políticas também agrava o problema de concentração de rendas. As necessidades de exportação impõe a produção interna com baixos custos que, além de serem conseguidos com desvalorização cambial, também são o resultado de pressões sobre os salários que devem sempre ser baixos. Isso prejudica qualquer idéia que ainda reste de internalização do fluxo dinâmico uma vez que, diante da restrição externa, a realização dinâmica ocorre externamente pelas exportações, enfraquecendo a necessidade de criação de um mercado interno. Assim, ao contrário, qualquer pressão por aumentos da participação dos salários na renda nacional, prejudica a dinâmica perversa criada pela nova forma de dependência. A concentração de renda passa a ser um dos elos dessa dinâmica.

7. Desenvolvimento ou Submissão ao movimento do Capital mundializado

“A teoria da dependência procurou demonstrar que esta industrialização não trazia as consequências esperadas pela visão desenvolvimentista e nacional-democrática. Ela não trazia a autonomia de decisão, porque a

¹⁰ Carneiro e Modiano demonstram como o Estado brasileiro eleva sua dívida ao realizar as políticas monetária, fiscal e

industrialização passava a ser comandada pelo investimento externo, fundado na empresa multinacional, cujo centro de poder continuava [e continua] nos pólos centrais da economia mundial” (Dos Santos, 2000:127). Assim, as economias latino-americanas, mesmo as que tiveram sucesso em industrializar-se, seguem sendo periféricas.

As políticas de substituição de importação colocaram a dependência das economias periféricas em um novo patamar. Tornaram a ligação com o processo de acumulação de capital mundial muito mais estreita principalmente pelo fato de os representantes do capitalismo mundial, as empresas multinacionais, ocuparem posições de destaque na definição da dinâmica interna nas economias periféricas. Tornou a dinâmica da dessas economias vinculada à definições e às decisões de investimento e comercialização desses novos integrantes da estrutura indústria da economia periférica, o capital multinacional, ao colocar os setores dinâmicos sob seu comando. Tornou a economia latino-americana mais submissa ao movimento do capital mundializado.

A industrialização na periferia centrada em multinacionais cria novas relações de subordinação em relação aos países centrais que se materializam em restrições externas. Essas relações de subordinação colocam o país periférico diretamente sob o jugo do processo mundial de acumulação de capital, na maioria das vezes, totalmente desconectado das necessidades e intenções nacionais das economias periféricas. Quando esse modelo se enraíza na estrutura produtiva do país periférico, transforma-se em constante ameaça qualquer intenção política de algum Estado periférico que não vá ao encontro do interesse do grande capital multinacional. “Mesmo que [os Estados periféricos] rejeitem totalmente as teorias de desenvolvimento que lhes são oferecidas pelos países desenvolvidos, ainda assim suas opções em termos de estratégias estariam cerceadas pela predominância de empresas estrangeiras em suas economias” (Evans, 1982:191).

A periferia latino-americana que logrou sucesso em industrializar-se não só acabou por não reproduzir o desenvolvimento dos países centrais ao promover sua industrialização com forte participação do capital multinacional, como acabou por tornar muito mais difícil qualquer tentativa de construção de um processo de acumulação mais voltado ao desenvolvimento nacional em sentido amplo, como aparentemente teria desejado. O tipo de inserção da periferia no processo de acumulação não a transformou em desenvolvida no sentido do centro mas apenas acelerou sua forma de inserção e submissão ao processo de acumulação mundial. Alterou a relação de dependência, mas substituindo-a por outro tipo, muito mais complexo.

Desenvolvimento e inserção no movimento do capital mundial não são a mesma coisa. Podem ser na verdade contraditórios. Talvez possam ser em parte sintonizados através da ação política que atue em um movimento contrário ou compensatório em relação ao movimento do capital, pelo menos enquanto o capital não atinge escala de concentração que coloca em xeque essa mesma ação compensatória do Estado. Mas essa ação do Estado se torna muito mais difícil quando a origem das decisões estão fora dos limites geográficos do Estado-nação, quando subordinam-se ao movimento do capital em simbiose com seu Estado de origem. Essa subordinação é agravada pelo fato de o capital multinacional que vem para a periferia estar nos setores que são centro dinâmico na

irradiação de tecnologia na lógica da acumulação. Se fortalece ainda no fato de o processo de substituição de importações na América Latina ser o resultado de uma ação estratégica coordenada internacional, com apoio das elites latino-americanas, administrada por seus Estados nacionais. Assim, ao fortalecer o capital multinacional a cada ciclo de acumulação na periferia, o resultado será ao fim, nos anos 80 e 90, uma enorme pressão para afastar os Estados nacionais, até então coordenadores centrais do movimento de inserção do capital multinacional na periferia, para dar mais liberdade ao próprio movimento do capital, eliminando os entraves institucionais nas novas fases do processo de acumulação mundializado.

Assim, pode-se chegar a um real conceito de periferia latino-americana. De certa forma, para a Cepal o termo periferia estava associado à atraso e a subdesenvolvimento, ligados à questão tecnológica, à baixa produtividade e a falta de homogeneidade da estrutura produtiva em relação ao centro desenvolvido (Rodriguez, 1981:144). Por outro lado, chega-se aqui a uma conclusão de que a solução encontrada para a superação dessa dependência não logra sucesso no sentido de uma transformação na dinâmica da dependência, quando baseada em Empresas multinacionais. A periferia latino-americana continua sendo periferia depois de anos de substituição de importações porque está ligada à uma forma inserção no processo de acumulação de capital mundial do centro que foi, ao contrário, fortalecida pela estratégia de industrialização por substituição de importações como implantada na América Latina. A periferia continua ligada à estrutura produtiva e de poder hegemônico, uma forma que não se define sem a outra. “Periferização é um processo econômico, social, político, cultural através do qual um país perde uma parte de sua autonomia em favor do centro” (Nagels, 1993:85).

Essa periferia e sua relação com o centro se insere na estrutura de organização mundial do processo de acumulação de capital de forma mais complexa, com o capital multinacional dominado sua dinâmica dentro de suas fronteiras. Talvez seja essa a explicação para o fato de as economias periféricas que lograram se industrializar se encontrarem, ao final, “tão intermediárias quanto a 50 ou 100 anos atrás ... fato que é discrepante das expectativas tanto da teoria da modernização [de Rostow] quanto da teoria da dependência” (Arrighi, 1998:138)¹¹. Vale destacar que também é discrepante em relação ao desenvolvimento de alguns países asiáticos que utilizaram-se outro tipo de estratégia menos submetido ao capital multinacional (Fajnzylber, 2000:868).

O centro, formado pelos países que detém o controle sobre o processo de acumulação mundial de capital, hospeda os centros de controle dos representantes do capital, as áreas de marketing e tecnologia, os centros de comando das empresas multinacionais. Dessa forma, formados historicamente a partir de Estados fortes, a forma de inserção da periferia com tal, garante aos países do centro, hoje, a hegemonia mundial, fortalecida inclusive por uma relação simbiótica entre capital multinacional e seu Estado-mãe, um garantindo e trabalhando para perpetuar o poder político e econômico do outro sobre a periferia. À periferia resta entregar-se a esse movimento do capital

¹¹ Vale apenas destacar um ponto que parece não ter sido levado em consideração por Arrighi que é o fato de que “próximo do começo da primeira guerra mundial, a renda per capita da Argentina ... era superior a da França, Alemanha, Itália e Espanha. A renda per capita da região [América Latina] excedia a do Japão e era cerca de três vezes a média do resto do leste da Ásia” (UNCTAD, 2003:127).

mundializado abrindo mão de sua autonomia e independência, fazendo o jogo do capital, ou tentar administrar esse processo de inserção.

Assim, o processo de industrialização da periferia que logrou sucesso pode ser visto, na verdade, como um processo de expansão do capitalismo a partir do centro, sujeitando a periferia ao seu mecanismo, à sua lógica de acumulação com a convivência e o apoio do Estado e das elites periféricas. A periferia passou assim a cada vez mais a ser controlada a partir do centro a partir da lógica de acumulação do centro. Assim, torna-se vulnerável ao modo de funcionamento do capitalismo mundializado em sua fase de centralização de capital, quando essa periferia corre o risco de ser excluída de seu movimento, seguindo a própria lógica do capital. Claro, esse movimento do capital é reforçado pela estratégia política de dentro da periferia latino-americana. As políticas ao longo dos anos foram cada vez mais apoiando-se na internacionalização produtiva pela criação de condições para a instalação de plantas industriais multinacionais nos setores mais dinâmicos na periferia. A estrutura industrial foi tornando-se cada vez mais vulnerável ao controle e as estratégias definidas no centro. As contradições agravaram-se na periferia gerando crises que acabavam por enfraquecer a economia nacional e fortalecer o controle internacional seja produtivo, por intermédio do investimento direto estrangeiro seguindo estratégias globais das multinacionais, seja político materializado no grau de submissão às políticas do FMI que tendem a agravar a situação e aumentar o controle produtivo pelas recorrentes crises internas que geram. Os anos 80 e 90 coroam o processo: a periferia continua esperando a boa vontade do capital multinacional em um ambiente novo, agora de centralização; as políticas liberalizantes abrem espaço para essa centralização de capital mundial que colocam a periferia sob o risco de exclusão.

8. Bibliografia citada

Arrighi, G. “A Ilusão do Desenvolvimento”, Edt. Vozes, Petrópolis-RJ, 1998.

Cardoso de Mello, J.M. “O capitalismo Tardio”, Edt. Brasiliense, São Paulo-SP, 1982.

Carneiro, D.D. e Modiano, E. “Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno”, in Abreu (org), Edt. Campus, Rio de Janeiro-RJ, 1990.

Chesnais, F. “A Mundialização do Capital”, Edt. Xamã, São Paulo-SP, 1996.

Chossudovsky, M. “A Globalização da Pobreza”, Edt. Moderna, São Paulo-SP, 1999

Clarke, T. “Mechanisms of Corporate Rule”, in Mander, J. e Goldsmith, E. “The Case Against the Global Economy”, Edt. Sierra Club Books, São Francisco-USA, 1996.

Dos Santos, T. “A Teoria de Dependência: Balanço e Perspectivas”, Edt. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro-RJ, 2000.

Dos Santos, T. “The Crisis of Development Theory and The Problem of Dependence in Latin America”, in Bernstein, H. (org) “Underdevelopment and Development: The third World Today” Edt. Penguin Books, England, 1973.

Dupas, G. “Economia Global e Exclusão Social”, Edt. Paz e Terra, São Paulo SP, 1999.

Evans, P. B. “Autonomia Nacional e Desenvolvimento Econômico: Perspectivas Críticas das Empresas Multinacionais em Países Pobres”, in Carbalho, G. (org) “Multinacionais: Os Limites da Soberania”, Edt. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro-RJ, 1982.

Furtado, C. “A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina”, Edt. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro-RJ, 1978

Furtado, C. “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, Edt. Paz e Terra, Rio de Janeiro-RJ, 1974.

Furtado, C. “Teoria Política do Desenvolvimento”, Edt. Companhia Editora Nacional, São Paulo-SP, 1971.

Furtado, C. “Transformação e Crise na Economia Mundial”, Edt. Paz e Terra, São Paulo-SP, 1987.

Heilbroner, R.L. “A Luta Pelo Desenvolvimento”, Edt. Zahar, Rio de Janeiro-RJ, 1963.

Hirst, P. e Thompson, G. “Globalização em Questão”, Edt. Vozes, Petrópolis-RJ, 1998.

Hunt, D. “Economic Theories of Development: an analysis of competing paradgmas” Edt. Harvester Wheatsheaf, New York, 1989.

Ianni, O. “Estado e Planejamento Econômico no Brasil”, Edt. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro-RJ, 1986.

Ianni, O. “Teorias da Globalização”, Edt. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro-RJ, 1999.

Keynes, J.M. “A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda”, Edt. Atlas, São Paulo-SP, 1982.

Keynes, J.M. “O Fim do Laissez-faire”, in Szmrecsányi, T. (org) “John Maidard Keynes”, Edt. Ática, São Paulo-SP, 1978.

Korten, D.C. “Quando as Corporações Regem o Mundo”, Edt. Futura, São Paulo-SP, 1996.

Nagels, J. “La Tiers-mondialization de L'ex-URSS?”, Edt. Univeristé de Bruselles, Bélgica, 1993.

Oliveira, F. “A Economia da Dependência Imperfeita”, Edt. Graal, Rio de Janeiro-RJ, 1977.

Oliveira, F. “A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado”, Edt. Boitempo, São Paulo-SP, 2003.

Oliveira, F. “Crítica à Razão Dualista”, Edt. Vozes, Petrópolis-RJ, 1987.

Oliveira, F. “Neoliberalismo à Brasileira”, in Sader, E. e Gentili, P. (orgs), “As Políticas Sociais e o Estado Democrático: Pós-neoliberalismo”, Edt. Paz e Terra, São Paulo-SP, 1995.

Oliveira, F. “O Ornitorrinco”, Edt. Boitempo, São Paulo-SP, 2003.

Porter, M.E. “A Vantagem Competitiva das Nações”, Edt. Campus, Rio de Janeiro-RJ, 1989.

Prebisch, R. “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”, in Bielschowsky, R. (org), Edt. Afiliada (Record e Cofecon), Rio de Janeiro-RJ, 2000.

Rodriguez, O. “Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal”, Edt. Forense Universitária, Rio de Janeiro-RJ, 1981.

Rostow, W.W. “Etapas do Desenvolvimento Econômico”, Edt. Zahar, Rio de Janeiro-RJ, 1978.

Schoultz, L. “Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina”, Edt. EDUSC, Bauru-SP, 1999.

Schumpeter, J.A. “Capitalismo Socialismo e Democacia”, Edt. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro-RJ, 1961.

Stiglitz, J. E. “A Globalização e Seus Malefícios”, Edt. Futura, São Paulo-SP, 2002.

Sunkel, O. e Paz, P. “Um ensaio de interpretação do desenvolvimento latino-americano”, Edt. DIFEL/Forum, São Paulo – Rio de Janeiro, 1975.

Sunkel, O. “Capitalismo trasnacional y desintegracion nacional en América Latina”, Edt. Nueva Visión SAIC, Buenos Aires, Argentina, 1972.

Tavares, M.C. “Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro”, Edt. Zahar, Rio de Janeiro-RJ, 1982.

UNCTAD, “Capital Accumulation, Growth and Structural Change”, United Nations, Hew York and Geneva, Trade and Development Report, 2003.